

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RS 1,00

OPERÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	20.553.661,72	44.420.661,72
Interna	20.553.661,72	44.420.661,72
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 <sup>1</sup>	20.553.661,72	44.420.661,72
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 <sup>1</sup>	-	-
<b>TOTAL (I)</b>	<b>20.553.661,72</b>	<b>44.420.661,72</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	47.305.318.527,64	
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	0,00%
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III)= (Ia + II)</b>	<b>44.420.661,72</b>	<b>0,09%</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16%	7.568.850.964,42	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - - 14,40%	6.811.965.867,98	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 7%	3.311.372.296,93	7,00%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-	17.413.663,31
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	1.347.569,56
Contribuições Sociais (COFINS)	-	16.066.093,75
FGTS	-	-
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-	-

Fonte: SOF (RREO - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e RREO - Balanço Orçamentário)

Notas:

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

2 - Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

3 - Realização de Operações de Créditos: 2º Quadrimestre - No âmbito do PNAFM - Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - FASE II foi realizado o valor de R\$ 23.867.000,00; 3º Quadrimestre - No âmbito do PMAT - Programa Nacional de Modernização da Administrativa Tributária - FASE II foi realizado o valor de R\$ 20.553.661,72, totalizando R\$ 44.420.661,72, com Operações de Crédito contratada, no exercício de 2017;

4 - A Companhia Metropolitana de Habitação - COHAB aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluindo o valor de R\$ 16.066.092,70, referente a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, ao parcelamento no âmbito MP 783/2017, artigo 3º, II, B - convertida na Lei Federal 13.496/2017, já considerados os benefícios. O detalhamento do cálculo segue demonstrado nas Notas Explicativas do Balanço Geral 2017 e o Saldo ao Final do mês de dezembro/2017, R\$ 8.177.185,10;

5 - Houve migração dos débitos do parcelamento de INSS junto à Receita Federal do Brasil - RFB, sob a égide da Lei 11.960/2009, para o Parcelamento instituído pela Medida Provisória 778/2017, na qual foi reconhecido e incluído um novo Débito no valor R\$ 1.347.569,56, já considerando os benefícios da MP (Instrução do Parcelamento no Processo SEI nº 6017.2017/0026967-3).

6 - Na Consolidação das operações de créditos estão agregados os dados do Poder Executivo: da Admin. Direta (PMSP)

**ENZO LUCIO ONDEI**  
Diretor do Depto. de Dívidas Públicas  
CPF 254.411.408-03

**EMERSON ONOFRE PEREIRA**  
Diretor do Depto. de Contadoras  
CRC 1SP 240.974/O-7

**CAIO MEGALE**  
Secretário Municipal da Fazenda  
CPF 258.297.758-67

**GUILHERME RODRIGUES MONTEIRO MENDES**  
Controlador Geral do Município  
CPF 220.300.738-90

**JOÃO DÓRIA**  
Prefeito  
CPF 940.628.978-49